



ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

PORTARIA Nº 050/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Macaé e demais disposições legais e regimentais, e:

Considerando a competência do Centro Cultural do Legislativo para preservar a memória do Poder Legislativo Municipal por meio da promoção das culturas nacionais e regionais;

Considerando que compete ao Centro Cultural do Legislativo contribuir para o desenvolvimento de experiências culturais, educacionais, históricas e democráticas no Município de Macaé;

Considerando que o Museu do Legislativo - Dr. Cláudio Moacyr de Azevedo tem como finalidade a realização de exposições permanentes, temporárias e itinerantes com temáticas diversificadas, visando incentivar visitas, fomentar estudos e divulgar seu acervo, resgatando e preservando a história do Poder Legislativo Municipal, conforme estabelecido na Resolução nº 1.955/2015;

Considerando a necessidade de acompanhamento, monitoramento e avaliação das atividades desenvolvidas pelo Museu do Legislativo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Provisória de Acompanhamento e Avaliação das Atividades do Museu do Legislativo, nos termos da Resolução nº 1.955/2015.

Art. 2º A Comissão Provisória terá natureza consultiva, propositiva, deliberativa, de acompanhamento e de avaliação das ações, programas e projetos relacionados às atividades do Museu do Legislativo.

Art. 3º Compete à Comissão Provisória de Acompanhamento e Avaliação das Atividades do Museu do Legislativo:

I – propor, acompanhar e fiscalizar a execução das ações, programas e projetos relacionados ao Museu do Legislativo;

II – orientar sobre aspectos essenciais à execução das ações, programas e projetos;

III – identificar riscos e pontos críticos no cronograma de execução das atividades, propondo soluções;

IV – elaborar fluxos de trabalho e consolidar informações para subsidiar a tomada de decisão;

V – coletar dados e produzir análises sobre o desempenho dos indicadores institucionais;

VI – monitorar e avaliar o cumprimento dos prazos estabelecidos;

VII – elaborar relatórios semestrais de acompanhamento sobre a execução das atividades propostas;

VIII – propor, avaliar e sugerir a celebração de acordos de cooperação técnica, parcerias e outros instrumentos congêneres compatíveis com sua área de atuação;

IX – desenvolver estratégias de trabalho para ampliar o público visitante e incentivar a participação da população nas atividades do Museu do Legislativo;

X – elaborar o cronograma anual de atividades do Museu do Legislativo.

Art. 4º A Comissão Provisória será composta pelos seguintes membros, sob a presidência do Diretor da Escola do Legislativo, que designará um secretário dentre os demais:

I – Meynardo Rocha de Carvalho, matrícula 6416-5;

II – Joana Grijó Macêdo, matrícula 4080-0;

III – Tais Vieira Ferreira Souza, matrícula 6278-2;

IV – Zélia Maria de Oliveira Silva, matrícula 6281-2;

V – Davi Henrique Salvador Pereira dos Santos, matrícula 6384-3;

VI – Raquel Costa Azevedo, 6379-7;

VII – Rodrigo Gomes Ribeiro, matrícula 6365-7.

Art. 5º A Comissão Provisória terá o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para a conclusão de suas atividades, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada de seus membros.

Art. 6º Aplicam-se à Comissão Provisória as disposições da Lei nº 4.594/2019, no que couber.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Macaé, 04 de fevereiro de 2025.

Alan Mansur Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Macaé

ESTADO DO RIO DE JANEIRO CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ

PORTARIA Nº 051/2025

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município de Macaé e demais disposições legais e regimentais, e:

Considerando que a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) disciplina as normas gerais de interesse nacional a serem observadas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em matéria de proteção de dados;

Considerando a necessidade de regulamentação das normas específicas e procedimentos da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e a necessidade de disciplinar os procedimentos de proteção de dados no âmbito da Câmara Municipal de Macaé;

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Provisória de Estudo, Avaliação e Regulamentação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de Macaé.

Art. 2º A presente Comissão Provisória tem natureza consultiva, propositiva, de acompanhamento, deliberação e avaliação dos mecanismos de tratamento de Proteção de Dados existentes e propor ações para implementação no Poder Legislativo Macaense em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

Art. 3º São atribuições da Comissão Provisória de Estudo, Avaliação e Regulamentação das disposições da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), no âmbito da Câmara Municipal de Macaé:

I – desenvolver um plano de ação visando à regulamentação e implementação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e encaminhar a minuta de projeto de resolução correspondente ao Presidente da Câmara;

II – realizar o mapeamento dos dados pessoais e de seus respectivos fluxos em cada setor da Câmara;

III – formular princípios e diretrizes para a gestão de dados pessoais, bem como propor adequações normativas necessárias;

IV – orientar os servidores da instituição quanto às boas práticas para proteção de dados pessoais;

V – promover o intercâmbio de informações sobre proteção de dados pessoais com outros órgãos;

VI – propor, avaliar e sugerir a celebração de acordos de cooperação técnica, parcerias e demais instrumentos congêneres relacionados à sua área de atuação;

VII – elaborar relatórios trimestrais de acompanhamento sobre a execução das atividades propostas;

VIII – avaliar os mecanismos existentes de tratamento e proteção de dados e propor ações para assegurar a conformidade da Câmara com a Lei nº 13.709, de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD);

IX – monitorar e avaliar o cumprimento dos prazos estabelecidos no plano de ação.

Art. 4º A Comissão Provisória será composta pelos seguintes membros, cabendo a presidência ao primeiro, que designará um secretário dentre os demais.

I – Marcela Andrade Bittencourt, matrícula 3336-7;

II – Victor Santiago do Amparo, matrícula 6280-4;

III – Raphael Coutinho Natalino, matrícula 6451-3;

IV – Caio Marcelo Pires de Oliveira, matrícula 4115-7;

V – Nilton Sampaio Vieira, matrícula 6306-1;

VI – Gracieli da Silva Euzébio Sousa, matrícula 6289-8;

VII – Anderson Gomes da Motta, matrícula 6448-3.

Art. 5º A Comissão Provisória terá o prazo de 90 (noventa) dias para a conclusão de suas atividades, podendo ser prorrogado mediante justificativa fundamentada de seus membros.

Art. 6º Aplicam-se à Comissão Provisória as disposições da Lei nº 4.594/2019, no que couber.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Macaé, 04 de fevereiro de 2025.

Alan Mansur Pereira
Presidente da Câmara Municipal de Macaé



Macaé
PREFEITURA

OUVIDORIA GERAL
da Prefeitura de Macaé

162
2772-6333

ouvidoria@macae.rj.gov.br



DISQUE
RACISMO

22 99244.7709